



01. Câmara Municipal

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei Orgânica do Município de Teresina, de 05 de abril de 1991.	<ul style="list-style-type: none">- Votar o Orçamento Anual e o Plano Plurianual, bem como autorizar abertura de créditos adicionais;- Legislar sobre os tributos e estabelecer critérios para fixação dos preços de serviços municipais;- Autorizar operações de créditos, bem como, a forma dos meios de pagamento;- Autorizar alienação, doação ou cessão de bens;- Aprovar o plano de desenvolvimento local;- Criar e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos pagamentos;- Legislar sobre todas as matérias de interesse do município.

02. Secretaria Municipal de Governo

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Prestar assistência direta e indiretamente ao Prefeito em cumprimento a agenda, tendo sob sua responsabilidade a disciplina de audiências, cerimonial e representação social, como também o desempenho de missões específicas, formal e expressamente atribuídas pelo prefeito, através de atos próprios, despachos e ordens verbais, articulação parlamentar e representação institucional, controle interno e segurança.

03. Gabinete do Vice-Prefeito

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959 de 26 de dezembro de 2000	<ul style="list-style-type: none">- Assessorar o Prefeito;- Substituir o Prefeito em seus impedimentos;- Cumprir atribuições delegadas pelo Prefeito.

04. Procuradoria Geral do Município

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei complementar nº 2.626 de 30 de dezembro de 1997.- Regimento Interno Dec. Nº 3.671, de 23 de janeiro de 1998.- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.- Lei nº 3.596, de 21 de dezembro de 2006.- Lei nº 3.938, de 30 de novembro de 2010.-- Lei nº 3.939, de 30 de novembro de 2010.	<ul style="list-style-type: none">- Promover a representação judicial e extra-judicial do município;- Executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da administração municipal. <p>Institui o Fundo Especial de Honorários da Procuradoria Geral do Município de Teresina. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 3.606, de 29 de dezembro de 2006 (Código Tributário do Município de Teresina).</p>

05. Secretaria Municipal de Comunicação Social

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Planejar, organizar, coordenar e executar atividades na área de imprensa e comunicação social na esfera da administração pública municipal.



06. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.264, de 16 de dezembro de 1993;- Lei nº 2.265, de 16 de dezembro de 1993;- Decreto nº 3.658, de janeiro de 1998;- Decreto nº 3.773, de março de 1998;- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Formular e coordenar o planejamento econômico-social, orçamentário, físico e territorial do município; bem como executar o plano de desenvolvimento da cidade e captar recursos financeiros.

07. Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Decreto nº 3.673, de 23 de janeiro de 1998;- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Formalizar diretrizes e metas pertinentes à administração municipal;- Desenvolver ações que estimulem a modernização administrativa e a elevação da capacidade operacional dos órgãos municipais;- Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de pessoal, patrimônio, material e serviços auxiliares;- Verificar a execução e cumprimento de contrato de locação de bens móveis e imóveis e de prestação de serviços especializados e assistência técnica celebrados pelos órgãos da administração direta do município;- Administrar serviços de imprensa oficial e de acompanhamento de documentação.

08. Secretaria Municipal de Finanças

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Executar a política fazendária municipal;- Planejar, coordenar e acompanhar as atividades do sistema tributário municipal; acompanhar e aplicar a legislação fiscal, propondo medidas que visem aumentar a eficiência da administração tributária;- Acompanhar e controlar a execução orçamentária da administração municipal.

09. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;- Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;- Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996;- Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997;- Decreto nº 3.669, de 23 de janeiro de 1998;- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Administrar, supervisionar e formular planos, programas e metas visando à melhoria da qualidade do ensino da rede pública municipal.

10. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Planejar, executar e supervisionar as atividades esportivas, recreativas e de lazer;- Fomentar os desportos no município.



11. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Apoiar a produção e a comercialização de produtos e serviços locais;- Planejar, executar e coordenar políticas de geração de emprego e renda, defesa do consumidor, promoção empresarial e apoiar as ações de turismo.

12. Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEM CASPI)

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.184, de 14 de janeiro de 1993;- Lei nº 2.226, de 11 de agosto de 1993;- Decreto nº 2.245, de 18 de fevereiro de 1993;- Lei nº 2.456, de 18 de janeiro de 1996;- Decreto nº 2.686, de 21 de julho de 1998;- Lei nº 2.959, de 06 de dezembro de 2000.- Lei nº 4.355, de 21 de dezembro de 2012- Lei nº 4.320, de 02 de agosto de 2012- Lei nº 4355, de 21 de dezembro de 2012 <ul style="list-style-type: none">- Lei nº 4994, de 07 de abril de 2017.	<ul style="list-style-type: none">- Planejamento, execução e avaliação da política municipal de assistência social;- Coordenação da execução da política nacional de assistência ao idoso, à pessoa portadora de deficiência, à criança e ao adolescente no município;- Promoção do trabalho;- Proteção e defesa dos direitos da mulher, idoso, deficiente e famílias;- Proteção e defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.- A Guarda Civil Municipal de Teresina: é uma unidade de segurança e proteção ao patrimônio municipal, respeitada a legislação pertinente.

13. Secretaria Municipal da Juventude

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 3.617, de 23 de março de 2007.	<ul style="list-style-type: none">- Estruturar políticas públicas de juventude;- Contribuir para a inclusão e afirmação social do jovem teresinense.

14. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 3.616, de 23 de março de 2007.	<ul style="list-style-type: none">- Promover a educação ambiental, a preservação e a proteção do meio ambiente;- Promover o uso sustentável dos recursos hídricos.

15. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Centro/Norte

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007.	<ul style="list-style-type: none">- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.

16. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Sul



Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007.	<ul style="list-style-type: none">- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.

17. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Leste

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007.	<ul style="list-style-type: none">- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.

18. Superintendência de Desenvolvimento Rural

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 2.965, de 26 de dezembro de 2000;	<ul style="list-style-type: none">- Atuar na implementação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento da zona rural com o objetivo de fixar o homem no campo.

19. Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;- Lei Municipal nº 2.620, de 26 de dezembro de 1997;- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Elaborar estudos, planos, pesquisas e programas de transportes públicos, trânsito e sistema viário;- Executar as atividades referentes a permissões, concessões e registros dos serviços delegados;- Executar as ações de fiscalização de trânsito no âmbito municipal;- Coordenar e fiscalizar a operação dos serviços de transportes públicos de passageiros;- Disciplinar os estacionamentos rotativos, públicos e privados.

20. Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 1.485, de 15 de agosto de 1975;- Lei nº 2.572, de 20 de outubro de 1997;- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Programar e executar obras em áreas urbanas.

21. Empresa Teresinense de Processamento de Dados

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.135, de 02 de julho de 1992.	<ul style="list-style-type: none">- Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços de informática de administração do município.



22. Fundação Municipal de Saúde

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 9.954, de 26 de dezembro de 2000.- Lei nº 4970, de 26 de dezembro de 2016.	<ul style="list-style-type: none">- Prestar serviços de assistência médica ambulatorial, hospitalar, odontológica e sanitária à população, através de rede própria de assistência à saúde sendo complementada pela rede privada e pública estadual e federal, através de convênios e contratos;- Elaborar e executar programas, projetos e atividades visando ao controle epidemiológico.

23. Fundação Cultural Monsenhor Chaves

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 1.842, de 26 de fevereiro de 1986;- Decreto nº 1.323, de 06 de setembro de 1989;- Lei nº 2.184, de 14 de janeiro de 1993.	<ul style="list-style-type: none">- Assessorar a administração na formulação das diretrizes da política cultural do município;- Compatibilizar as ações culturais de âmbito municipal com os planos, programas e projetos dos governos federal e estadual;- Preservar o patrimônio histórico e cultural do município.

24. Fundação Wall Ferraz

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei Municipal nº 2.586, de 01 de dezembro de 1997;- Decreto nº 3.847, de 29 de junho de 1998;- Decreto nº 4.349, de 31 de março de 2000;- Decreto nº 4.399, de 05 de junho de 2000;- Lei Municipal nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000.	<ul style="list-style-type: none">- Planejar, coordenar e executar projetos de ações que objetivam a geração de emprego e renda;- Capacitar, treinar e apoiar gerencial e financeiramente atividades produtivas beneficiando trabalhadores autônomos, microempresas e grupos de produção.

25. Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.184, de 14 de janeiro de 1993;- Resolução nº 01, de 05 de fevereiro de 1993;- Lei nº 2.480, de 23 de julho de 1996;- Lei nº 2.959, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 2.969, de 11 de janeiro de 2001;- Lei nº 2.970, de 12 de janeiro de 2001.	<ul style="list-style-type: none">- Concessão de benefícios de aposentadorias e pensões a servidores e dependentes;- Garantir aos segurados e dependentes a assistência médica e odontológica através de clínicas, laboratórios e consultórios conveniados ao IPMT;- Administrar os recursos destinados a promover a assistência geral aos servidores públicos do município de Teresina.

26. Superintendência de Desenvolvimento Urbano – Sudeste

Legislação	Finalidades
<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 2.960, de 26 de dezembro de 2000;- Lei nº 3.228, de 22 de setembro de 2003;- Lei nº 3.618, de 23 de março de 2007;	<ul style="list-style-type: none">- Executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, habitação e urbanismo, observando o planejamento municipal.



27. Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina

Legislação	Finalidades
- Lei nº 3.600, de 22 de dezembro de 2006.	- Normatizar, planejar, acompanhar, controlar e fiscalizar as concessões, permissões e autorizações submetidas à sua competência.

30. Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

Legislação	Finalidades
- Lei nº 4.197 de 1º de Dezembro de 2011	- Formular, Executar e monitorar a Política de Habitação e Regularização Fundiária através de programas, projetos e ações que favoreçam o desenvolvimento pleno das funções sociais da cidade de Teresina.

31. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres

Legislação	Finalidades
- Lei nº 4.197 de 1º de Dezembro de 2011 - Lei nº 4994, de 07 de abril de 2017.	- Assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à mulher.

34. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Legislação	Finalidades
- Lei nº 4.359 de 22 de Janeiro de 2013	- Assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à serviços urbanos e habitação.

35. Secretaria Municipal de Economia Solidária de Teresina

Legislação	Finalidades
- Lei nº 4359 de 22 de Janeiro de 2013	- Assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à economia de Teresina.

38. Secretaria Municipal de Concessão e Parcerias

Legislação	Finalidades
- Lei nº 4.970 de 26 de Dezembro de 2016	- Estudar possibilidades de parcerias em diferentes áreas, criar editais para apresentação de projetos e emitir parecer sobre a adequação de cada projeto; estruturar projetos de infraestrutura, concessões, parcerias público-privadas e outros projetos de interesse público, fornecer subsídios técnicos e auxiliar na sua implementação, conforme diretrizes do Poder Executivo Municipal; coordenar, monitorar, avaliar e supervisionar as concessões e parcerias, sem prejuízo das competências legais dos demais órgãos municipais;